

Feminicídio na Mídia Paraibana – Análise da Construção de Um Ser “Monstrificado” no Caso Patrícia Roberta¹

Tacyane GREBOS²

Ricardo MELO³

Luana Brito LACERDA⁴

Glória RABAY⁵

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba

RESUMO

Esta pesquisa analisa como o telejornal JPB1, da TV Cabo Branco, afiliada da Rede Globo, abordou o feminicídio de Patrícia Roberta, jovem de Caruaru, morta por seu amigo Jonathan Henrique, ao visitá-lo em João Pessoa-PB, em 2021. O caso foi considerado crime de feminicídio, o qual é o resultado extremo de um contínuo de violências contra a mulher (MENEGHEL; PORTELLA, 2017). Utilizando os modos de endereçamento e Análise do Discurso, busca-se responder como esse caso foi representado nas matérias desse telejornal. Foi observado a construção de uma figura “monstrificada” do agressor, o que afasta o caso da problemática em torno do feminicídio, banalizando-o.

PALAVRAS-CHAVE: feminicídio; teoria feminista; telejornais; modos de endereçamento; análise do discurso.

INTRODUÇÃO

Patrícia Roberta (22), jovem de Caruaru-PE, foi morta asfixiada por seu amigo, Jonathan Henrique, o qual conhecia há 10 anos, ao visitá-lo em João Pessoa-PB. Patrícia chegou no dia 23 (sexta-feira) de abril de 2021 na capital paraibana para passar o fim de semana, e foi dada como desaparecida no dia 25 (domingo). No dia 27 (terça-feira), a polícia encontrou seu corpo em uma zona de mata no bairro Novo Geisel, já em decomposição. O caso recebeu bastante atenção da mídia, tanto paraibana quanto pernambucana. Jonathan ainda está em prisão preventiva, com júri popular marcado para o dia 25 de maio de 2023.

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo/IJ01 do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 20 a 22 de junho de 2023.

² Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPB, e-mail: tacyanegrebos@gmail.com

³ Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPB, e-mail: riccchys@outlook.com

⁴ Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPB, e-mail: luablacerda@gmail.com

⁵ Orientadora. Prof. Dra. do Dep. de Jornalismo da UFPB. Prof. do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, e-mail: gloria.rabay@gmail.com

Dado à midiaticização do caso e os dados alarmantes dos casos de feminicídio, este estudo busca analisar como a mídia paraibana reportou o caso. Como objeto de pesquisa foram selecionadas nove matérias do telejornal JPB1, da TV Cabo Branco, afiliada da Rede Globo.

Como aporte teórico, a pesquisa se baseia em autoras feministas que discutem a questão do feminicídio. Segundo Meneghel e Portella (2017, p. 3078) “o feminicídio é a etapa final de um *continuum* da violência contra a mulher, muitas destas mortes são ‘anunciadas’ e evitáveis”. Ainda de acordo com as autoras, as causas dos crimes não se devem a condições patológicas, mas a um desejo de posse por parte dos agressores.

METODOLOGIA

Como forma de compreender a representação midiática do caso, recorre-se primeiramente ao estudo dos modos de endereçamento propostos por Gomes (2011), que tem como objetivo analisar, de modo geral, o estilo de programas jornalísticos por meio de quatro operadores que servem como *direcionadores* de análise, dos quais utiliza-se apenas dois: *mediador*, que é voltado para o apresentador, repórter etc.; e *organização temática*, que tem como foco a construção do tema.

Aliado a isso, emprega-se também a Análise do Discurso (AD), que analisa a palavra em movimento, como prática de linguagem, buscando-se “compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2020, p. 13). A AD utiliza-se de conceitos como formação ideológica, que trata da interpelação dos indivíduos em sujeito por meio da ideologia, isto é, confere aos sujeitos sua realidade simbólica, a qual, expressa pelo discurso, é denominada de formação discursiva. Esta é “o que deve e pode ser dito” num dado contexto (PÊCHEUX, 2009).

Também se faz uso de conceitos da semiótica, a ciência que estuda os signos, de acordo com (NÖTH; SANTAELLA, 2017), para o auxílio da compreensão dos processos simbólicos de significação.

Os objetos de análise foram obtidos através de uma pesquisa feita manualmente em todas as edições de 2021 do JPB1, retirados do *site* Globoplay⁶, do telejornal JPB1.

⁶ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/>

Assim, o *corpus* fica organizado por matérias de acordo com as datas:

- 1 - 27/04/2021⁷
- 2 - 28/04/2021⁸
- 3 - 29/04/2021⁹
- 4 - 30/04/2021¹⁰
- 5 - 03/05/2021¹¹
- 6 - 21/05/2021¹²
- 7 - 27/05/2021¹³
- 8 - 04/06/2021¹⁴
- 9 - 24/09/2021¹⁵

Análise

Segundo Prado e Sanematsu (2017), muitos casos de feminicídio são considerados evitáveis, resultando em um processo cumulativo de violência. Porém, esse processo nem sempre se dá apenas entre o agressor e a vítima que foi morta, mas também por um acúmulo de violência do agressor com uma sequência de mulheres até chegar na vítima de feminicídio. No caso analisado, o agressor tinha um histórico violento contra outras mulheres; na matéria 4, há o depoimento de uma de suas ex-namoradas, que cita diversas situações de violência que passou enquanto estava com Jonathan:

SD1 - “[...] depois que aconteceu essa prisão por conta de Patrícia, muitas mulheres já ‘chegou’ (sic) no meu *direct* para falar: ‘olha, sofri abuso ou sofri assédio’. [...] muita gente mesmo!” (ex-companheira, matéria 4)

⁷ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9468975/>

⁸ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9472301/>

⁹ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9475608/>

¹⁰ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9478472/>

¹¹ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9484540/>

¹² Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9536226/>

¹³ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9552021/>

¹⁴ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9575269/>

¹⁵ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9889735/>

A nossa análise revelou que há a construção de um perfil desumanizado do agressor, que serve também como justificativa para seus atos. O signo é o elemento mediador entre o objeto que ele representa e quem o interpreta; é a base fundamental do processo de semiose, que é onde o signo terá um efeito cognitivo, ganhará uma interpretação (NÖTH e SANTAELLA, 2017). Há efeitos de sentido passíveis de interpretação do que pode ser entendido como a motivação, tal qual a enunciação dos signos “ocultismo” – com maior destaque para este –, “drogas” e “*deep web*”; todos estes elementos contribuem para a construção do agressor como um monstro, distanciando-o da figura de um homem comum. Isso é perceptível nas matérias 1, 2, 4, 5 e 9. Como exemplo temos o seguinte enunciado, que trata desses elementos:

SD2 - “coisas desse tipo que levam a você ver que não era uma personalidade em um equilíbrio” (Amanda Melo, Perita Criminal, matéria 1)

No *corpus*, nota-se que há uma repetição de um mesmo sentido, isto é, há um sistema de paráfrase que, segundo Orlandi (2020), é a reformulação de algo que já foi dito. De acordo com Prado e Sanematsu (2017), justificativas como “estava fora de si”, “teve um surto”, “ataque de loucura” são frequentemente utilizadas tanto pelos autores dos crimes quanto pela polícia. Em paralelo ao que as autoras afirmam, nesta análise percebe-se sentidos semelhantes, em que os signos mencionados acima assumem um papel de justificativa, convergindo em uma imagem mentalmente instável do Jonathan, algo acentuado pela fala de sua ex-companheira:

SD3 – “Natan sempre foi uma pessoa que precisou de ajuda. Tipo, ele era uma pessoa bipolar, ele tinha depressão, tinha crises de ansiedade.” (ex-companheira de Jonathan, matéria 4)

Tais justificativas banalizam o assassinato de Patrícia Roberta, atribuindo razões fúteis que desviam o olhar do problema fundamental. Nesse sentido, para a promotora pública e coordenadora do Núcleo da Promoção da Igualdade de Gênero do Ministério Público do Estado do Paraná, Mariana Seifert Bazzo, o “autor da violência se sente dono da mulher, ela é vista como uma propriedade que não pode desagradá-lo sob a pena de

pagar com sua integridade ou até com a vida” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 53). Em vários crimes é possível analisar que os autores nem sempre tiveram uma relação amorosa com as vítimas; o levantamento de justificativas e a transformação do indivíduo como "não-humano", afasta a visão de que qualquer homem dentro e fora do convívio de uma mulher pode ser um agressor em potencial.

Mesmo apresentando vozes femininas, como nas falas da perita criminal e da delegada, nas matérias 1 e 2, não é revelada uma perspectiva crítica quanto ao feminicídio, o que converge ao que Foucault (2013) cita sobre as posições discursivas, as quais não são necessariamente ligadas ao indivíduo, mas postos ocupáveis. Ou seja, pode-se interpretar que apenas por serem mulheres não implica que falaram a partir dessa posição, mas sim nas posições institucionais designadas.

Além disso, o discurso jornalístico foge da raiz do problema, pois em nenhum momento é trazido à tona um enunciado que chegue à questão da relação de poder que a figura masculina exerce sobre a figura feminina. A culpa não é atrelada à estrutura patriarcal, mas afastada dela e centrada na figura “monstrificada” do feminicida, isolando-a de um contexto maior.

O termo “feminicídio” é enunciado esporadicamente, tendo apenas uma breve explicação na matéria 5, feita pelo apresentador. Assim, temos uma falta de aprofundamento referente ao que é o caso, um crime de feminicídio; e uma privação de um conhecimento maior sobre a problemática. As matérias aqui analisadas não trazem a perspectiva de *outros especialistas* nesse assunto e nem dados sobre mortes por feminicídio. Desse modo, há uma política do silêncio, a qual, segundo Orlandi (2007, p. 24), “nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente ‘outras’ palavras)”. Logo, a construção do autor do crime como um “monstro” produz efeitos de sentido que delimitam uma certa formação discursiva que exclui um sentido crítico em relação ao feminicídio.

CONCLUSÃO

Na análise, observa-se que a utilização de justificativas banais para o feminicídio leva à “monstrificação” do autor do crime, o que o afasta da figura de um homem comum. Foi possível notar que as vozes ouvidas – a maior parte do campo criminal, como policiais, peritos etc. – não apontam para um aprofundamento da questão do feminicídio,

pois estavam mais focadas em procurar motivações individuais para o crime, assim, fugindo da problemática. Isto fica mais evidente quando, nas poucas vezes que citam o termo “feminicídio”, não é feita uma correlação significativa com o caso.

Concluimos, desse modo, que a abordagem jornalística do JPB1 se pauta na linguagem policlesca, configurando o assassinato de Patrícia Roberta como apenas mais um crime em que não são feitas conexões com a ordem patriarcal, reduzindo o problema a um ser social e psicologicamente disfuncional.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

GOMES, Itania Maria Mota (org.). **Gêneros televisivos e modos de endereçamento no telejornalismo**. Salvador: EDUFBA, 2011.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. **Feminicídio: conceitos, tipos e cenários. Ciência & Saúde Coletiva**, Volume: 22, Número: 9, Publicado: 2017.

NÖTH, Winfried; SANTAELLA, Lucia. **Introdução à Semiótica: passo a passo para compreender os signos e a significação**. São Paulo: Paulos, 2017.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. **Feminicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.